

Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

Ata da Reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso – CDDH/CMF

Aos 4 dias de maio de 2017, às 9h, na sala das comissões, anexa ao plenário, foi realizada reunião ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso da Câmara Municipal de Fortaleza. Estiveram presentes os(as) vereadores(as) Larissa Gaspar (PPL), na condição de Presidenta da Comissão, Priscila Costa (PRTB), Vice-Presidente, Eliana Gomes (PcdoB), Emanuel Acrízio (PRP) e Marília do Posto (PRP), todos membros desta Comissão, bem como Marcos Stênio Figueiredo, Coordenador das Comissões e Dra. Nadja Furtado Bortolotti, advogada do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider – EDAL. A Presidenta iniciou os trabalhos submetendo a ata da reunião anterior à apreciação, tendo sido devidamente assinada pelos(as) vereadores(as) presentes. Informou que a visita ao Presídio Militar do 5º Batalhão da Polícia Militar, marcada para esta tarde, foi adiada, em razão da reunião convocada pelo Prefeito de Fortaleza para tratar das mensagens à Câmara, assunto de interesse dos vereadores. Também informou sobre a reunião com a Secretaria Regional II, HABITAFOR, SEUMA, Defensoria Pública – Núcleo de Moradia e Habitação, Escritórios de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar e Dom Aluísio Lorscheider e moradores da Comunidade da Paz, para tratar da notificação extrajudicial de desocupação do terreno localizado na Rua Maria Ilza Cidrão Rocha, no bairro Luciano Cavalcante, que está agendada para essa sexta-feira, dia 5 de maio, às 9h, na sala das comissões desta Casa. Em seguida, foi tratada a pauta das visitas aos Conselhos Tutelares, referente ao Requerimento 945/2017 aprovado por esta Comissão, de autoria da Vereadora Eliana Gomes, tendo recebido a Promotora Antônia Lima Sousa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Fortaleza, para esclarecer e explicitar os principais pontos dos relatórios de inspeção aos Conselhos Tutelares, já encaminhados para a Comissão, por meio do ofício Circular nº. 088/2017/7ª PmJ –INJ. Foi dado a palavra à Promotora, a qual informou que o Ministério Público é responsável por acompanhar as denúncias que chegam pelo disque 100, através do

Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude – CAOPIJ, que centraliza a demanda e passa para as Promotorias do interior e para a 7ª Promotoria da Infância e Juventude de Fortaleza. Expôs, ainda, que, nos meses de março e abril deste ano, o Ministério Público realizou inspeções aos conselhos tutelares, com a participação da FUNCI e da Comissão da Infância do COMDICA, visitando os 8 (oito) conselhos tutelares, verificando a atual situação com relação à estrutura, funcionamento da equipe e o que está dificultando a execução dos trabalhos, fizeram relatório de cada colegiado com a visão específica de cada conselho tutelar. Quanto à questão estrutural, foi verificado que os conselhos tutelares I e IV são os mais precários, havendo previsão, segundo a FUNCI, de locação de novo espaço, além disso, necessita-se de um assistente administrativo e um educador social para esses conselhos tutelares. De forma geral, houve avanço com relação a equipe técnica dos conselhos tutelares, que, na inspeção de 2009, foi uma das grandes demandas. Com relação à assessoria jurídica, atualmente existem dois advogados que ficam na FUNCI e atendem à demanda de todos os conselhos tutelares, com expediente de oito horas. A Vereadora Marília do Posto questionou se esse número ainda não era pouco, entendendo que deveria ter um advogado para cada conselho tutelar. A Dra. Antônio mencionou que a demanda maior que a equipe técnica trouxe foi a questão da definição do papel de cada profissional, pois enfatizaram que a proposta não é que a equipe técnica substitua o conselheiro tutelar nas visitas, por exemplo. Outra questão que dificulta os trabalhos é que não há banco de dados no momento, o SIPIA não está sendo alimentado, dessa forma, qualquer informação que precisem levantar só é possível através dos livros. Também não houve treinamento para o Sistema. A coordenadora do SIPIA informou que estão com dificuldade de manutenção, mas que irão corrigir. Houve uma melhora com relação à internet, na inspeção em 2012, tinha pouca internet ou era ruim. Só o Conselho Tutelar VI atende a 600 (seiscentos) mil habitantes; no entanto, há previsão legal na lei municipal que a cada mandato deve ser criado dois novos conselhos tutelares e, ainda, a Resolução n. 170 do CONANDA, que estabelece que para cada 100 (cem) mil habitantes deve existir um conselho tutelar. Para a cidade de Fortaleza precisaria de 25 (vinte e cinco) conselhos tutelares e só tem 8 (oito), sendo urgente a criação de mais 2 (dois). O Vereador Emanuel Acrízio disse que está vinculado à eleição dos conselheiros, então só 2019. Sobre o Conselho Tutelar I, a Promotora ressaltou que há questões específicas, como crianças em situação de rua, exploração sexual e registro de crianças, por atender as demandas do centro da cidade, avalia que necessita de

Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

mais um conselho para essa região. As regionais que mais demandam são a VI, que tem muitos adolescentes em conflito com a lei, a Regional I, apesar de ter dois conselhos tutelares, e a Regional V, que só tem um. Outro ponto que tem trazido demanda para os conselhos tutelares é o aumento da procura por vagas em escolas públicas, o que se justifica pela diminuição do poder aquisitivo de parte da população, que deixa de colocar as crianças em escolas do bairro. O Vereador Emanuel Acrízio explicitou que o Conselho Tutelar III funciona como sistema de plantão, mas é uma localização ruim, precisaria que a sede fosse mais acessível, por exemplo dentro de um terminal de ônibus. A Vereadora Eliana Gomes elogiou os relatórios feitos pelo MP e considerou de grande contribuição, mas reafirmou a importância da visita pelos parlamentares, no sentido de aprofundar a discussão política, sendo necessária a visita aos conselhos que foram identificados com mais problemas. A Vereadora ainda perguntou sobre a rede de proteção, sobre a retaguarda das políticas públicas, tendo a Promotora informado que no tema do acolhimento institucional, na sua percepção, não há carência, pois há um pacto com MDS e o número de vagas é suficiente havendo até sobra de vagas nesses acolhimentos, falou da necessidade de municipalização dessa política e que hoje está sendo aplicado o plano individual de atendimento, com acompanhamento por toda a equipe técnica. Segundo a Dra. Antônia, a problemática maior é com relação a política de saúde mental que boa parte é encaminhada para o Hospital de Messejana, não havendo continuidade no atendimento porque só tem dois CAPS infantis para toda a capital; além disso, falta psiquiatra, neuropediatra e outros profissionais. A Dra. Nadja, do Escritório dos Direitos Humanos Dom Aloísio Lorscheider, lembrou da participação do Fórum de Luta Antimanicomial na última reunião da Comissão, falando da precariedade e do desmonte dessa política pública. O Vereador Emanuel Acrízio trouxe a questão dos conselheiros terem que levar crianças até a área de risco e que não se aborda essa problemática, também perguntou com relação as vagas nas creches. A este respeito, a Promotora respondeu que há um núcleo específico do MP de defesa da educação, onde há um cadastro de reserva para a educação infantil, que a gestão deve dar vazão a isso e que os conselhos tutelares informam os casos que recebem. Como encaminhamento, a Vereadora Eliana Gomes propôs que a Comissão visite os Conselhos Tutelares I, IV e V, que são os casos mais críticos. A Presidenta considerou de suma importância a atuação da Comissão, realizando as visitas e fortalecendo o controle dessa política, sendo unânime entre os vereadores presentes a relevância do requerimento. A Vereadora Larissa Gaspar agradeceu a

Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso
grande contribuição e disponibilidade da Promotora, reforçando o desejo de continuar atuando em parceria. Nada mais havendo para tratar, a Presidenta da Comissão encerrou o trabalhos.

Fortaleza, 18 de de 2017.

Vereadores(as) Presentes:

Larissa Gaspar (PPL) – Presidenta

Larissa Gaspar

Priscila Costa (PRTB) - Vice-Presidente

Priscila Costa

Emanuel Acrizio (PRP)

Eliana Gomes (PcdoB)

Eliana Gomes

Marilia do Posto (PRP)



Câmara Municipal de Fortaleza
Coordenadoria das Comissões Técnicas

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DA MULHER, DA
JUVENTUDE, DA CRIANÇA E DO IDOSO

FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2017 / 2018

REUNIÃO DO DIA 04 / maio / 2017 .

MEMBRO EFETIVO	PARTIDO	ASSINATURA
LARISSA GASPAR (Presidenta)	PPL	Larissa Gaspar
PRISCILA COSTA (Vice-Presidenta)	PRTB	
CÉLIO STUDART (Membro)	SD	
ELIANA GOMES (Membro)	PC do B	Eliana Gomes
MARÍLIA DO POSTO (Membro)	PRP	Marília do Posto
EMANUEL ACRIZIO (Membro)	PRP	
MÁRCIO MARTINS (Membro)	PR	

MEMBRO SUBSTITUTO	PARTIDO	ASSINATURA

PLETIVO EM EXERCÍCIO DE MANDATO	PARTIDO	ASSINATURA

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Em 04 / 5 / 2017 .

